

**4. SESSÃO TEMÁTICA: PORTUGAL E A EUROPA - A  
FORMAÇÃO DE QUADROS**

Moderador - Prof. Doutor Raul Rosado Fernandes



## PORTUGAL E A EUROPA - A FORMAÇÃO DE QUADROS.

**Prof. Doutor Raul Rosado Fernandes**

Inicia-se a Sessão Temática: Portugal e a Europa - A Formação de Quadros. Naturalmente que esta opção da Europa me parece exagerada; não concordo que ponhamos só a nossa atenção na Europa, uma vez que a Europa, neste momento, não é para mim um modelo a seguir, está a perder competitividade, está demasiadamente burocratizada, é demasiadamente fidalga e tem problemas internos, contrariamente àquilo que nós pensamos, um pouco aqui na extremidade da Península, no "extremo mundi", como dizia Lucano. Basta irmos às reuniões com Europeus, para ver que existem problemas profundos entre os diversos países e na própria Europa.

No que diz respeito a este Seminário, que prevejo venha a ser extremamente útil para quem governa, espero e faço nisso um apelo ao Prof. Pedro Lynce para transmitir os nossos votos de que os resultados nele obtidos sejam lidos pelo Senhor Ministro. Seria uma leitura extremamente proveitosa, para que não caiamos naquilo em que estamos a cair nos últimos tempos, e que sempre acontece nas épocas de crise: encontrar os bodes expiatórios.

Neste momento o bode expiatório é a Universidade, o que está ligado aos seus quadros. Não tenho a menor dúvida em afirmar que a Universidade, de facto, se gere mal. Quando eu era Presidente do

Conselho de Reitores, fiz uma tentativa para que se estabelecessem normas sérias para a elaboração sábia de orçamentos; em consequência formou-se um grupo inicialmente dirigido por Alfredo de Sousa e depois pelo Prof. Barral, que tentou estabelecer indicadores para que a nossa acção de investimento se apoiasse em orçamentos sérios. A verdade é que esse trabalho foi posteriormente interrompido, porque os reitores pensavam que a prática do "lobby" era efectivamente muito mais frutuosa do que qualquer orçamento feito de um ponto de vista racional.

Estamos, pois, num país em época de transição, onde quem manda tentará apontar culpados para os insucessos e tentará, evidentemente, encontrar subterfúgios mais ou menos retóricos e com a reserva mental dos Jesuítas, como por exemplo o caso da solução do insucesso escolar por via da não avaliação dos estudantes. Parece-me de extrema gravidade que os Portugueses, sejam eles de que idade forem, não sejam confrontados com aquilo que fazem, sejam mesmo desresponsabilizados e que, naturalmente, só quando depois cheguem ao mundo do emprego é que se encontrem face-a-face com aquilo que não aprenderam ou que não sabem fazer.

Portanto, este Seminário, a meu ver, tem sido um sucesso, e nisso felicito Eduardo Marçal Grilo por ter sabido motivar-nos para estarmos aqui presentes e para dizermos livremente o que pensamos sem nos sentirmos receosos de ofender esta ou aquela sensibilidade política. Felicito-o, porque julgo que, a não ser nestes foros e a não ser com a ligação destes foros com quem governa, não será possível sairmos da problemática que sempre nos juntou.

Valadares Tavares clarificou e demonstrou que, de facto, não há excesso de doutores em Portugal e eu estou de acordo com ele; o que existem é muitos que bóiam e flutuam, servindo para pouco, numa situação de mau emprego da mão-de-obra qualificada em Portugal. Naturalmente eu julgo que estamos na presença de uma consequência da grande matriz estatal da nossa sociedade, em que as pessoas saíam da Universidade para se empregarem no Estado - é o caso típico de outrora, nos últimos 40 anos, em que grande parte dos licenciados de Agronomia e Veterinária se empregaram nas secretárias do Estado, a desempenhar funções de funcionários. Naturalmente, isso dá-nos a impressão de que há títulos a mais e de que nos faltam os quadros intermédios. O meu problema, na realidade, nunca foi de encontrar gente com sabença bastante, foi encontrar quadros médios satisfatórios. Acho que em Portugal faltam capatazes e abundam directores, de maneira que isso agora vai ser objecto da nossa discussão.

Temos a presença da Dr<sup>a</sup> Cândida Soares, que está ligada à Formação Profissional e do Eng<sup>o</sup> Rui Nogueira Simões, que tem uma importante prática industrial na construção civil. É um homem que conhece bem o terreno e que, se se enganar, vai para a falência (garantia sempre consoladora para os que estão no aparelho do Estado, onde isso não acontece!). Contamos ainda com um homem bastante contestatário, o Prof. José Mariano Gago, com o Prof. Pedro Lynce, meu colega de Agricultura e de Universidade (Instituto Superior de Agronomia) e com o Eng<sup>o</sup> Luís Braga da Cruz, que está na Comissão de Coordenação Regional do Norte, possuindo, por isso uma longa experiência do que é conviver com os empresários do Norte. Os problemas na sua zona são reais, a acção desempenhada pela Comissão a que pertence e que dirige tem sido sempre meritória, tendo o respeito

das pessoas que desempenham funções empresariais no Norte. É um leque de personalidades que poderão dar um importante contributo para o tema a tratar.

### **Dr<sup>a</sup> Cândida Soares**

1. Nos últimos três anos o volume de emprego tem apresentado uma linha de crescimento, observando-se em 1991 uma desaceleração desta tendência, tendo-se mantido a taxa de desemprego a um nível bastante baixo (4,4% em 1991) o que contribuiu para situar Portugal entre os países da comunidade em que o fenómeno do desemprego tem menos expressão.

Contudo, se o mercado de desemprego em Portugal em termos quantitativos não tem apresentado problemas, já o mesmo não acontece quando se passa para uma análise em termos qualitativos.

Assim, a estrutura qualitativa do emprego, quer em termos de habilitações literárias, quer em termos de níveis de qualificação tem-se mantido estacionária desde 1985, podendo dizer-se porém, que o ano de 1991 aparece como aquele em que se começa a detectar uma certa melhoria desta situação - situação de fraqueza em termos de qualidade da estrutura do emprego - quer com a diminuição do peso relativo dos que possuem no máximo o ensino básico e o aumento dos habilitados com o ensino secundário, médio e superior, quer com a tendência para o aumento dos profissionais mais qualificados.

Continua, no entanto, a registar-se a pouca representatividade dos quadros superiores e médios, além de que a relação entre quadros superiores e médios é contrária à desejada na medida em que o peso dos quadros superiores é mais representativo que o dos quadros médios (Quadros I, II, III).

Há, no entanto, esforços, no sentido de melhorar esta situação através do PRODEP que procura duplicar a percentagem de alunos inscritos no ensino superior, mas de modo a que o acréscimo seja superior nos cursos de índole técnica - passar a taxa de escolarização do ensino superior de 11% para 20% sobretudo à custa do ensino politécnico em áreas estratégicas (engenharias, ciências exactas e naturais, ciências de organização).

2. Em termos de análise comparativa do peso relativo dos quadros superiores e médios no emprego total, nalguns países da Europa, constata-se que em Portugal apresenta uma situação de alguma fragilidade (Quadro IV).

3. De acordo com estatutos prospectivos realizados para o nosso país utilizando um modelo de previsão de necessidades de mão-de-obra, tomando como base um cenário de modernização da economia traduzido em alterações da estrutura qualitativa do emprego e das taxas de crescimento do produto e da produtividade baseados em pressupostos de evolução tecnológica ao nível sectorial, chegou-se à constatação que no ano 2005 as necessidades mais significativas em mão-de-obra se verificariam aos níveis dos quadros superiores, intermédios, médios e dos trabalhadores altamente qualificados.

Conclusões estas confirmadas por outros trabalhos desenvolvidos<sup>(1)</sup> com base em inquéritos lançados junto de uma amostra de empresas a partir dos quais se podem extrair os seguintes aspectos para reflexão:

- insuficiência de quadros médios e superiores, principalmente engenheiros e quadros ligados às áreas comercial e de recursos humanos, sendo provável a internacionalização a prazo de alguns destes profissionais (engenheiros);

- insuficiência de preparação profissional tanto dos quadros jovens como dos que já existem nas empresas, na medida em que se exige cada vez mais abordagens interdisciplinares ao nível empresarial (os requisitos mais referidos foram experiência profissional, domínio de línguas estrangeiras e conhecimentos de informática, cultura geral); esta insuficiência está relacionada com a evolução dos conteúdos funcionais no sentido de um alargamento progressivo das tarefas e enriquecimento das funções, tais como funções associadas ao aumento da capacidade de organização e à avaliação crítica do processo de trabalho;

---

(1) "Mercado de trabalho dos quadros e profissões intelectuais"

(Prof. Mário Bairrada, Junho 1992).

"As empresas e a dinâmica das profissões"

(Prof<sup>ª</sup> Margarida Chagas Lopes, Junho 1992).

- as profissões consideradas estratégicas<sup>(2)</sup> por parte dos empresários, são quase essencialmente profissões de direcção, enquadramento e chefia (para além das profissões administrativas habituais - Quadro V), dando aqueles grande importância em termos de futuro ao aumento da qualidade da formação profissional, quer teórica quer prática, bem como aumento das habilitações literárias de ingresso para o delinear do perfil destes quadros; as empresas continuam, porém, a externalizar a resolução do problema não assumindo ainda a formação uma actividade de gestão corrente dos recursos humanos e muito menos a consideram como componente do desenvolvimento estratégico da empresa.

Em termos da oferta de formação pode afirmar-se, tendo em conta o referido para a procura de mão-de-obra, que aquela se deverá traduzir:

- no incremento do ensino superior politécnico e de alguns ramos do ensino superior;

- no desenvolvimento da formação profissional a nível secundário e pós-secundário.

A inovação constante exigida pelos mercados de bens e serviços implica uma grande flexibilidade na organização do trabalho com uma deslocação horizontal dos trabalhadores de grandes áreas funcionais, desde a concepção e o planeamento até à comercialização, passando

---

(2) Profissões estratégicas - As profissões consideradas indispensáveis para os objectivos de crescimento e inovação planeados.

pelo fabrico ou a prestação directa de um serviço ou dum controlo de qualidade, com amplas zonas de permeabilidade entre essas áreas.

Nesta linha, torna-se necessário que se garantam determinados requisitos na formação dos nossos quadros:

- uma base sólida de conhecimentos gerais e de cultura tecnológica, numa óptica de polivalência, evitando-se a proliferação de cursos especializados, devendo estas especializações ser obtidas na prática empresarial;

- desenvolvimento de competências sociais, para trabalho em equipa;

- utilização de metodologias de formação em alternância;

- ensino e formação para uma aprendizagem ao longo de toda a vida numa perspectiva de educação permanente.

4. É dentro desta linha que os trabalhos preparatórios para o novo programa de valorização dos recursos humanos, para o período de 1994 a 1997, no âmbito dos fundos estruturais das Comunidades Europeias, traçaram como linhas de estratégia de actuação, nomeadamente:

- o incremento, através de incentivos diversos, de formações de ponta e de natureza transversal como indutoras de desenvolvimento, entre as quais se encontram a formação de quadros em gestão de projectos, gestão de recursos humanos, "marketing", "design", informática, ambiente, higiene e segurança no trabalho, qualidade, quer a nível da formação inicial, quer a nível da formação contínua;

- o desenvolvimento de formações qualificantes de base alargada e assentes em troncos comuns;

- a melhor organização do mercado de emprego e da formação com destaque para o apoio às funções de investigação na área dos recursos humanos bem como a instituição da figura de consultores de formação que apoiarão tecnicamente as empresas fundamentalmente as PME's, desde a fase de diagnóstico das necessidades de formação do seu pessoal, até à fase de implementação do programa de formação adequado, numa abordagem de formação como componente estratégica do processo do desenvolvimento global da empresa;

- o reforço do papel dos parceiros sociais e agentes económicos aos vários níveis de intervenção.



## **ANEXOS**



## QUADRO I

Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrém  
Segundo as Habilitações

Continente - %

Habilitações	1988	1989	1990	1991
Inferior ao ensino básico	7.0	6.4	5.6	5.2
Ensino básico	70.4	69.2	68.5	68.1
Ensino secundário	18.3	19.5	20.7	21.4
Ensino médio	0.5	0.5	0.5	0.6
Ensino superior	3.1	3.2	3.2	3.6
Outros	0.7	1.2	1.5	1.1

Fonte: DEMESS - Quadros de Pessoal

## QUADRO II

Distribuição dos Trabalhadores por Conta de Outrém  
Segundo Níveis de Qualificação

Continente - %

Qualificações	1988	1989	1990	1991
Quadros superiores e médios	3.6	3.8	4.0	4.2
Encarregados e prof. alt. qualificados	7.5	7.7	7.9	8.3
Profissionais qualificados	38.6	38.5	39.6	39.0
Profissionais semi-qualificados	30.3	30.6	29.9	28.9
Praticantes e aprendizes	11.1	12.1	11.5	11.6
Nível desconhecido	8.9	7.3	7.1	8.0

Fonte: DEMESS - Quadros de Pessoal

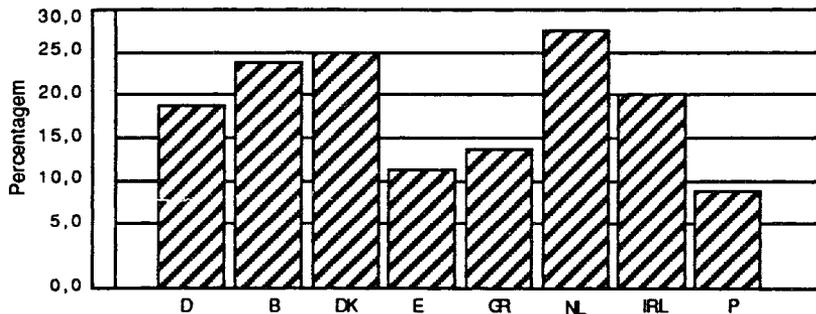
QUADRO III

		1985			1990	
	HM	H	M	HM	H	M
<b>NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO</b>	↕			↕		
<b>TOTAL</b>	100	100	100	100	100	100
Quadros superiores	2.1	2.9	0.7	2.0	2.7	1.0
Quadros médicos	1.7	2.0	1.1	1.8	2.2	1.2
Encarregados, contramestres e chefes de equipas	4.1	5.3	1.5	3.9	5.1	1.8
Profissionais altamente qualificados	3.7	4.0	3.0	4.0	4.3	3.6
Profissionais qualificados	39.4	43.2	32.1	39.8	43.6	33.6
Profissionais semi-qualificados	19.7	15.3	28.3	18.6	14.6	25.1
Profissionais não qualificados	10.8	10.4	11.6	11.4	10.8	12.4
Praticantes e aprendizes	9.9	8.9	11.9	11.4	9.3	14.9
Nível desconhecido	8.6	8.0	9.8	7.1	7.4	6.4

QUADRO IV

## Quadros Superiores e Médios em alguns Países Comunitários

PAÍSES	Pessoal de Prof. Cient. Técnicas, Lib e similares	Directores e Quadros Administrativos e Superiores	(0/1) + (2)	Emprego Total	%
	0/1	2			
Alemanha (RFA) (1986)	4 184	820	5 004	26979	18,5
Bélgica (1988)	736,87	99,61	836,48	3495,93	23,9
Dinamarca (1986)	503,8	97,8	601,6	2632,0	25,9
Espanha (1989)	1283,7	209,4	1493,1	12258,3	12,2
Grécia (1988)	449,9	72,1	522	3657,4	14,3
Holanda (1989)	1465	253	1718	6155	27,9
Irlanda (1988)	187,3	33,6	220,9	1091,2	20,2
Portugal (1987)	317	6,0	377	4403	8,6



Fonte: OIT (Anuário das Estatísticas do trabalho)

**QUADRO V**

**Profissões estratégicas mais significativas  
(frequências relativas superiores a 1%)**

Profissão	Frequências relativas (%)
039.30 Preparador trabalho	1.1
083.10 Analista de sistemas	1.3
090.10 Economista	1.3
211.10 Administrador	4.4
212.10 Director de produção	1.6
219.40 Director estabelecimento bancário	1.1
219.45 Chefe departamento administrativo	5.4
219.90 Outros directores	2.6
300.10 Chefe secção administrativa	2.0
342.10 Operador de computadores	1.5
393.05 Escriturário	3.4
393.30 Secretário direcção	1.1
451.10 Vendedor especializado	1.5
552.20 Servente de limpeza	1.1
700.02 Encarregado geral	2.1
700.04 Encarregado em geral	3.6
700.14 Encarregado - têxteis	1.8
855.01 Electricista em geral	2.1
985.60 Motorista veículos pesados mercadorias	1.3

## **Eng<sup>o</sup> Luís Braga da Cruz**

Nos últimos vinte anos, o sistema educativo português sofreu um forte crescimento, em interacção com as mudanças sociais ocorridas e com acentuado impacto no desenvolvimento económico, social e cultural do país. Não cresceu, naturalmente, de uma forma uniforme, pois são evidentes as distorções na sua morfologia, as assimetrias regionais, as disparidades entre os grupos sócio-económicos e culturais.

Em 1986, iniciou-se um processo de reforma do sistema educativo cuja primeira fase - de estudo, debate e propostas - terminou com a publicação dos Trabalhos Preparatórios da Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1986). Uma segunda fase caracterizou-se pela produção dos normativos e pela experimentação: novos planos curriculares, novos programas, novo modelo de administração e gestão das escolas, estatuto da carreira docente, novo modelo de avaliação dos alunos do ensino básico... (1988-92). Será agora o tempo de uma terceira fase, de "um terceiro ciclo da reforma educativa: um tempo de reformismo selectivo que identifique as prioridades estratégicas, generalize as novas medidas, as avalie no terreno e as corrija em função dos resultados; um tempo de reconstrução qualitativa do sistema educativo nacional, após duas décadas de contínua expansão quantitativa" (SEEBS, Abril 1992).

Tendo como pano de fundo este cenário e atendendo à situação educativa da Região, é possível definir alguns objectivos gerais da política educativa para os próximos anos:

. Garantir o acesso e promover o sucesso escolar e educativo, combatendo a exclusão e a discriminação social e cultural.

. Melhorar a qualidade da educação, garantindo a sua pertinência pedagógica e social.

. Diversificar a oferta através do investimento em áreas prioritárias e a autonomização dos centros educativos.

. Reduzir as assimetrias inter e intra-regionais.

. Encontrar uma justa repartição de encargos financeiros entre os diversos parceiros do sector.

As linhas de orientação que se seguem pretendem concretizar, a diversos níveis do sistema educativo, os objectivos gerais acima definidos.

### **Generalização da educação pré-escolar**

A educação pré-escolar dá reconhecidamente, um contributo importante no crescimento das crianças e permite que, desde bastante cedo, se possam compensar deficiências de desenvolvimento e limitações do meio social e cultural.

Em Portugal, a evolução das "taxas de cobertura" tem sido muito lenta, o que coloca o país bem longe dos outros países da CEE, onde, pelo menos no que se refere ao ano anterior à entrada das crianças na escolaridade obrigatória, a frequência é praticamente universal.

No ano lectivo de 1989/90, 43.243 crianças da classe dos 5 anos frequentavam os jardins de infância, no Continente, para uma população estimada de 130 743 crianças (33%). No total dos 3 anos (3/4/5), a "taxa de cobertura" era, em 1989/90, de 31%, contra 23% em 1981/82, e 27% em 1985/86. A Região do Norte apresenta valores médios da "taxa de cobertura" ligeiramente inferiores aos do Continente, predominando os estabelecimentos oficiais com 67% do total das frequências na Região. (INE, **Estatísticas de Educação e DREN**).

O investimento neste nível educativo deveria situar-se prioritariamente no ano anterior à entrada na escola através:

- da criação de um sistema de estímulos financeiros para as autarquias, instituições de solidariedade social e iniciativa particular;
- do apoio a projectos alternativos ao jardim de infância ("pólos de animação infantil", "Equipas Itinerantes"...) ;
- da alteração das condições de funcionamento dos jardins de infância públicos, reforçando sua vertente de apoio social à família (horários compatíveis, refeições...)

## **Construção e apetrechamento de novos equipamentos para os ensinos básico e secundário**

No âmbito da correspondente medida do PRODEP, foram já aprovados projectos com um valor total superior a 70 milhões de contos, com a Região do Norte a ser contemplada com cerca de 26 milhões.

A execução desses projectos suprirá uma boa parte das carências em construções escolares destes níveis de ensino. No entanto, continuará a haver necessidade de construções novas nas aglomerações urbanas da A.M.P. e de Braga e de substituição de edifícios inadequados. Como orientação geral deverá estar o **redimensionamento das escolas**, de modo a colher vantagens no ambiente pedagógico, nos recursos humanos, nos transportes, na utilização de material e de equipamentos de apoio.

Mas não basta cuidar da generalização de acesso. Urge promover a qualidade e as condições de sucesso educativo, nomeadamente através do **enriquecimento dos meios educativos**: construção de equipamento em laboratórios, meios informáticos, mediatecas, bibliotecas.

O investimento nestas medidas de natureza física não pode diminuir a importância de outras medidas de política em fase de preparação ou já em aplicação, nomeadamente no que diz respeito a:

- formação contínua de professores;
- novas práticas e conteúdos de ensino e de aprendizagem;

- novos sistemas de avaliação;
- prevenção do abandono escolar precoce.

### **Racionalização da rede escolar do 1º ciclo**

Na vertente da rede escolar, especial atenção deverá ser dada ao 1º ciclo do ensino básico. De facto, desde a década de 70 que tem vindo a crescer o número de escolas primárias (1º ciclo) cuja frequência é tão reduzida que põe em causa a sua capacidade formativa, a sua riqueza cultural, a sua racionalidade económica. O problema ganhou uma crescente acuidade na década de 80. Várias medidas foram enunciadas, nomeadamente no Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE), tendo em vista o encerramento de escolas com menos de 10 alunos.

No entanto, os **movimentos sociais**, como a quebra das taxas de natalidade e a concentração das populações nas áreas urbanas, **ou a inércia administrativa têm sido mais eficazes que as políticas enunciadas.**

No ano de 1990, a despesa total por aluno nos jardins de infância e nas escolas primárias (direcções escolares) variou entre os 176,5 contos no distrito de Bragança e os 115,5 contos no distrito do Porto. As escolas no distrito de Bragança têm uma média de 22 alunos, enquanto no distrito do Porto essa média é de 113 alunos. (DREN e GEP.ME).

Um investimento na racionalização da rede escolar do primeiro ciclo, ao contrário do que acontece na maior parte dos investimentos em educação, iria diminuir as despesas correntes, o que se poderá revelar favorável no contexto de uma apreciável disponibilidade de fundos para investimentos físicos e de um constrangimento face ao volume das despesas correntes.

No entanto, embora a eficiência dos gastos públicos seja um factor a ter em devida conta, não se pode esquecer que se trata de um serviço público, de frequência obrigatória e que o investimento em ensino básico é o de maior rendibilidade social e aquele cuja ausência é de efeitos mais irreversíveis. Por outro lado, o encerramento das escolas primárias é um problema que deve ser considerado nas suas diversas facetas, pedagógicas, administrativas, económicas e sócio-culturais.

A intervenção política em relação às escolas com poucos alunos ("suspender as escolas com 10 ou menos alunos") tem uma conotação **negativa**, num contexto rural frequentemente **deprimido** do ponto de vista económico e social. O problema necessita de ser inserido numa reflexão mais ampla sobre serviços públicos/colectivos em meio rural

Importa, pois definir **meios de financiamento das autarquias para investimento na racionalização da rede escolar do 1º ciclo:**

- a) contratos-programa com o Estado;
- b) futuros programas operacionais regionais;

c) "novo PRODEP" - medida aberta para candidaturas mais interessantes.

Por outro lado, importará criar medidas de apoio a situações intermédias e definir incentivos para os professores colocados em escolas isoladas.

### **Diversificação da oferta educativa após o ensino básico**

Na década de 80, o ensino secundário (10<sup>º</sup> - 12<sup>º</sup>.anos) obteve um salto quantitativo notável. Em 1983, com a criação do ensino técnico-profissional, começou a diversificação da oferta, tendência que seria reforçada com o aparecimento das Escolas Profissionais, em 1989.

Apesar do crescimento acentuado destas novas vias de diversificação dos percursos escolares pós-escolaridade obrigatório, mantém-se a procura largamente maioritária das vias "tradicionais" de acesso ao ensino superior. Esta tendência poderá ser alterada pelo aumento expressivo das taxas de escolarização e pela qualidade e credibilidade social e profissional dos percursos alternativos.

Por outro lado, se as frequências são equilibradas do ponto de vista da distribuição regional, já no que diz respeito às áreas de formação há distribuição regional, já no que diz respeito às áreas de formação há notórios desequilíbrios com o domínio das áreas de serviços e o prejuízo de áreas industriais.

Na sequência do apoio do PRODEP ao apetrechamento e às acções de formação no ensino profissional, esta será necessariamente uma área de investimento intensivo nos anos 90, com especial realce para as áreas tecnológicas, no contexto da reforma do ensino secundário.

### **Reordenamento estratégico do ensino superior**

Algumas tendências marcaram a evolução do ensino superior nos últimos anos:

. Aumento acentuado das frequências, de modo especial nos três últimos anos - de 1988/89 para 1991/92, o número total de alunos matriculados aumentou 58,5%! - com o contributo fundamental do ensino particular e cooperativo. Em 1991/92, o número de vagas disponíveis foi superior ao número de candidatos e as vagas do ensino particular e cooperativo foram em número superior às dos estabelecimentos públicos. Um crescimento tão rápido proporciona interrogações sobre a qualidade do ensino e sobre a existência de equipamentos, de laboratórios e de docentes em número e qualificação necessários.

. Permanência dos desequilíbrios regionais na oferta, com um domínio acentuado da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

. Aumento das disponibilidades financeiras para construção de infraestruturas (no PRODEP estão aprovados projectos num valor total superior a 45 milhões de contos, dos quais mais de 15 milhões na Região Norte), embora com algumas dificuldades de execução.

. Diversificação da oferta pública com o desenvolvimento de uma rede de institutos politécnicos (Porto, Viana do Castelo e Bragança) que esbatem o peso dominante dos cursos universitários clássicos.

. Consolidação das universidades "novas" do Norte (Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro).

. Proliferação de iniciativas de formação de pós-graduação.

. Desenvolvimento de experiências de interface entre as instituições de ensino e as actividades económicas.

. Novo modelo de regulamentação do acesso ao ensino superior com uma existência atribulada.

Para os próximos anos, poderão constituir-se como objectivos fundamentais:

. investir na qualidade, através de novas construções, do apetrechamento, da formação de formadores;

. reduzir as assimetrias regionais da oferta;

. dar prioridade ao ensino politécnico público em áreas tecnológicas mais carenciadas;

. diversificar as fontes de financiamento deste sub-sector;

. definir um novo modelo de regulamentação do acesso ao ensino superior.

## Valorização da educação de adultos

Noutros países europeus houve um tempo para a generalização da educação das crianças e dos jovens, um tempo para o ensino técnico-profissional, um tempo para a formação profissional; hoje, a problemática da educação de adultos ganha cada vez mais espaço. Em Portugal, vivemos o tempo de sermos obrigados a sobrepor aqueles tempos. Também o da educação de adultos.

Apesar das nossas particularidades, atrasos e marginalidades, vivemos ou caminhamos rapidamente para dinâmicas de recomposição de processos de trabalho, de alteração da distribuição da população pelo território de envelhecimento crescente... As mudanças económicas, culturais, "ecológicas", exigem dos adultos capacidades de adaptação, de criatividade e de ressocialização de que a educação é um dos meios sociais privilegiados (Conselho da Europa. **Pour une éducation socialisatrice des adultes**).

A vida profissional não é tudo. As novas tecnologias também interferem na vida familiar e social. Não se trata, pois, unicamente de novas qualificações profissionais, mas de competências transferíveis de natureza social, cívica e cultural.

A vida profissional não é tudo. As novas tecnologias também interferem na vida familiar e social. Não se trata, pois, unicamente de novas qualificações profissionais, mas de competências transferíveis de natureza social, cívica e cultural.

A educação de adultos organizada pelo Ministério da Educação/PRODEP é, maioritariamente, uma escolarização de segunda

oportunidade para jovens. O programa de formação de activos não qualificados (PO 1.1. do IEFP) apresenta níveis baixíssimos de adesão.

**Importa investir numa educação de adultos que combata a exclusão e motive para a participação em programas de qualificação profissional de criação de emprego de "desenvolvimento local".**

### **Prof. Doutor Pedro Lynce de Faria**

Partirei de dois pressupostos: em primeiro lugar, vou restringir-me ao sector primário, que é aquele que conheço melhor; depois, defendo a opinião de que é indispensável para o ensino do futuro uma ligação cada vez maior entre a escola e a empresa.

Como se justificará que, sendo esta aliança fundamental, com reais aliciantes, tenha falhado? Há várias razões para isso, das quais passarei a enumerar algumas.

A primeira, tida por muitos como a mais importante, foi a verificação do desconhecimento da nossa realidade, por parte dos formadores e empregadores, tanto ao nível da empresa como ao nível da escola.

Poderíamos avançar, como tema de debate, fundamentalmente, meia dúzia de exemplos, que se sentem no dia-a-dia e que são

responsáveis por este fracasso em termos de aliança. São eles as grandes diferenças de linguagem de mestres e empresários; o facto de o empresário não acreditar verdadeiramente no trabalho do técnico e, assim, não arriscar, circunstância agravada pela descapitalização da agricultura portuguesa; a falta de especialistas em desenvolvimento curricular (infelizmente, o desenvolvimento curricular das nossas universidades assenta, na maior parte dos casos, em conceitos científicos e não em bases pedagógicas); a inadaptação de muitos cursos ao mercado de trabalho e o facto de os mecanismos existentes tornarem essa adaptação extraordinariamente lenta; finalmente, as prioridades definidas pela investigação no sector, nem sempre se adaptam às necessidades imediatas das empresas.

O modo como se processa a valorização dos trabalhos de investigação na apreciação dos currícula não estimula a ligação escola-empresa, com repercussões imediatas ao nível do desenvolvimento do sector agrário. A análise dos currícula dos investigadores é feita, até à publicação dos respectivos trabalhos, esquecendo-se as repercussões que eventualmente tiveram a nível da empresa, do aluno ou no desenvolvimento da agricultura portuguesa.

Outro ponto é o que tem a ver com a orientação imprimida à maioria dos Institutos Superiores Politécnicos, que se afasta dos objectivos definidos para este tipo de ensino.

O vazio criado com o encerramento das antigas escolas de regentes agrícolas só ultimamente tem vindo a ser colmatado, ainda que a deficiente selecção dos alunos permita a entrada de elementos sem à vocação necessária.

Verifica-se também, com frequência, que os projectos não têm tido a continuidade desejada.

Poderíamos referir outros problemas que têm surgido no dia-a-dia, os quais têm dificultado uma possível simbiose, capaz de produzir os resultados que nos interessavam.

E o amanhã? Afinal, é aquilo que mais interessa. A este respeito, para além de ser necessário reconquistar a confiança mútua perdida, haverá que incentivar, fundamentalmente, os cursos técnicos profissionais a nível secundário, os superiores curtos, e, por outro lado, haverá que levar as universidades a abrirem as suas portas à reciclagem dos nossos técnicos, enquanto às empresas haverá que exigir o assumir de responsabilidades que vão muito para além do apoio financeiro, acreditando, assim, sem reservas, que será possível estimular a ligação com a escola, com vantagens para ambas as partes.

Muito obrigado.

### **Prof. Doutor Mariano Gago**

Bem, expôr as ideias em cinco minutos é absolutamente impossível, segundo aquela lógica que diz que em cinco minutos a única coisa que se transmite é uma ideia. Infelizmente, eu não sei o suficiente para vos transmitir uma só ideia, tenho de me basear em várias para que alguma delas possa ser aproveitável.

Eu queria falar sobretudo sobre a formação de Quadros ao Nível Superior, naquilo que implica o Ensino Superior, mas queria fazer uma pequena reflexão num terreno que conheço mal e que gostava que me esclarecessem. Eu não percebo como é possível discutir-se a melhoria da formação de base em Portugal, sem a criação, como aconteceu noutros países que resolveram esse problema, de uma rede significativa de Ensino Pré-Primário; não consigo compreender como isso não foi uma prioridade do anterior Quadro Comunitário de Apoio e como é que não vai ser uma prioridade do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Não consigo compreender, e nisso estou inteiramente de acordo com o Luís Valadares Tavares, como é possível fazer uma melhoria do Ensino Básico e Secundário sem transmitir uma imagem aferida das qualificações que dele emanam. Estes pontos são para mim prévios.

No que diz respeito à formação superior, falo da formação do Ensino Superior, as reflexões que vos queria transmitir eram as seguintes: em primeiro lugar, a relação entre formação inicial e emprego. Julgo que esta relação não obedece à regra disciplinar da segmentação que funcionava há uns anos atrás, ou seja, que a cada formação disciplinar corresponde um tipo de emprego. Acho que nem aproximadamente isso acontece hoje e esse modelo que nos domina ainda, essa ideia de que as formações iniciais são mais ou menos necessárias uma a uma, parece-me um modelo que deve ser completamente abandonado. Não tem a ver com a realidade e sobretudo não nos serve para perspectivar o futuro. Nós não sabemos, nem tem sentido na minha opinião, dizer-me que há demasiados, ou que há poucos licenciados em Letras, ou demasiados ou poucos licenciados em Geografia. Um licenciado em Letras pode estar onde antes estava um licenciado em Engenharia e um licenciado em Geografia muito

provavelmente está onde antes estava um licenciado em Engenharia Civil.

A segunda questão é a formação contínua. Por razões que se prendem com a expansão das oportunidades, nomeadamente de financiamento, mas também de mercado, o Ensino Superior Português entrou muito tardiamente no mercado da formação contínua. Creio que o peso da formação contínua versus Formação Inicial vai ser o problema central do desenvolvimento do Ensino Superior na próxima década. É importante saber que vantagens comparativas tem o Ensino Superior relativamente a outros sistemas de formação contínua que também se desenvolveram, nomeadamente sistemas privados de formação contínua.

A terceira questão tem a ver com a primeira. A relação entre formação inicial e emprego deixa de ter uma lógica de segmentação diferente, passa a ser, formar para um mercado de trabalho muito mesmo segmentado; cada formação inicial corresponde a um mercado muito menos segmentado, ou dito de outra maneira, dez anos depois de se sair de um curso superior não é muito importante saber que curso superior se concluiu; isto vai ser, a meu ver, cada vez mais verdade, excepto numa ou noutra profissão.

Esta situação parece-me ter como consequência que a formação superior deve ser alargada, deve incluir competências não disciplinares e, por outro lado, deve cada vez mais, incluir, para preparar a formação contínua, situações profissionalizantes ou para-profissionalizantes na sua prática, na prática dos estudantes e na prática dos professores. Seria desejável que na maioria dos cursos superiores, cada aluno tivesse, uma vez por ano, desde o primeiro ano, estágios fora da

Universidade. Isto não significa que o Ensino Superior seria mais profissionalizante; antes pelo contrário, ele deve ser, de certa maneira, mais generalista. Acho todavia, que o ensino superior deve fornecer oportunidades exteriores à Escola, para outro tipo de formações que só se adquirem, obviamente, fora da Escola.

Outra questão ainda, é saber como é que se articula isto com a formação pela investigação. Creio que os novos graus superiores no "ranking" do mercado de trabalho da formação inicial do ensino superior, serão, crescentemente, aqueles que implicam a formação pela investigação. A formação pela investigação é muito importante para certos sectores de qualificação, porque é a única que fornece, via ensino superior, uma internacionalização crescente e é a única que fornece uma actualização institucionalizada, quer dizer é a única em que faz parte da profissão, estar constantemente actualizado. E, nalguns casos mais técnicos, é a única que permite, via investigação, o contacto com tecnologias modernas, que não existem ainda em mais lado nenhum a não ser nos estabelecimentos de investigação e na prática de investigação.

O último ponto é a ética disto tudo, ou digamos, as exigências de qualidade, se não quisermos utilizar uma linguagem tão moralista. Creio que vai haver um reforço do debate em torno da ética na aquisição das competências que provavelmente terá consequências práticas na organização do ensino superior. Por exemplo, ao nível do tempo de aprendizagem, os tempos de aprendizagem devem ser segmentados à "outrance" como têm sido até agora, em semestres, em cursos muito curtos, etc., ou pelo contrário, deve-se restabelecer uma lógica de tempo de aprendizagem não segmentado suficientemente

longo? A lógica da cooperação, dos trabalhos em grupo e da produção, face a situações complexas e não meramente segmentadas, a aquisição não cumulativa de competências, é aquela que depois cada vez mais é exigida na prática profissional? etc.

O referente internacional parece-me ser o único elemento de garantia de que se caminha para esse modelo ético em Portugal. Isto é, sem internacionalização, sem quebra do isolamento das instituições de ensino superior portuguesas, (e sabe Deus quantas delas estão ainda tremendamente isoladas nas suas estruturas internas, basta ver, por exemplo, que praticamente não há alunos nem professores estrangeiros em Portugal, e muito menos professores portugueses no estrangeiros), estes modelos éticos dificilmente chegarão a bom porto.

Muito obrigado.

### **Eng<sup>a</sup> Rui Manuel Nogueira Simões**

A consideração da formação profissional como um dos vectores a atentar no desenvolvimento da estratégia das Empresas tem vindo em Portugal, nos últimos anos, a generalizar-se.

Na verdade, é bem sabido que no actual enquadramento económico, em que é patente a tendência para a internacionalização das economias, os imperativos de competitividade e modernização com que crescentemente as Empresas se deparam não se compadecem com a

persistência de recursos humanos sem qualificações profissionais adequadas.

E neste sentido, é justo reconhecer-se, têm as Empresas portuguesas feito um esforço assinalável em ordem à promoção da formação profissional, quer inicial (mormente através da aprendizagem, ou por via da criação de escolas profissionais), quer da formação contínua.

Continua todavia a constatar-se, no mercado de trabalho, uma preocupante falta de mão-de-obra qualificada, facto este agravado pelo excessivo peso na população activa de trabalhadores com baixo índice de escolaridade.

A estes "handicaps" juntam-se fenómenos como o envelhecimento da população e as altas taxas de insucesso e abandono escolares que se verificam em Portugal.

Neste contexto, naturalmente que constitui tarefa prioritária a rentabilização do factor trabalho no quadro da actividade económica, o que vale por dizer que a tendência do futuro será a de cada vez com maior vigor se relevarem as virtualidades da formação profissional.

A este respeito - e no quadro da Europa Comunitária - é, aliás, interessante reter a afirmação extremamente ilustrativa do desafio que se coloca a todos nós, contida no "Memorando da Comissão (CEE) sobre a Formação Profissional na Comunidade Europeia para os anos 90", e que passo a citar: "A redução prevista no peso das jovens gerações no conjunto dos activos leva a conceder uma maior importância às competências da mão-de-obra adulta, dado que mais de 80% dos

activos do ano 2000 já se encontram no mercado de trabalho e a reserva das competências necessárias se renova cerca de 10 a 15% por ano, embora a entrada anual de jovens constitua apenas 2% da reserva de activos".

Esta previsão da evolução demográfica e das competências profissionais coloca as Empresas, e também o Estado, perante o desafio de paralelamente aos esforços de se promover formação para jovens não se poder, em momento algum, descurar a formação profissional da população adulta.

No âmbito de toda esta problemática naturalmente que a questão da "Formação de Quadros" assume uma importância específica e, simultaneamente, nuclear.

Desde logo, porque se verifica um insuficiente número de quadros superiores e de quadros médios na estrutura empresarial portuguesa, urgindo pois um esforço acrescido no sentido de colmatar esta grave lacuna.

E, por outro lado, porque quando está em causa a formação de quadros a atenuação das fronteiras entre os perfis profissionais e também a constante modificação destes, são realidades que se fazem sentir com um alcance muito particular e que requerem a adopção de mecanismos de detecção de necessidades de formação profissional rigorosos e extremamente expeditos.

Na verdade, impõe-se que o sistema de qualificações no que concerne aos Quadros, quer se trate de quadros médios ou de quadros superiores, seja dotado de grande flexibilidade por forma a assegurar a

necessária capacidade de adaptabilidade e polivalência funcional, hoje tão exigidas pelas constantes modificações que vão sendo operadas ao nível do funcionamento das Empresas.

Nesta linha de preocupações se deve inevitavelmente inscrever o objectivo da promoção de uma maior articulação entre a formação escolar, a formação profissional e integração na vida activa.

Para atingir este desiderato há que empreender uma maior comunicação entre o sistema educativo, designadamente acentuando a componente profissionalizante, e as necessidades ditadas pelo mercado de trabalho, como há que incentivar os contactos entre os estabelecimentos de ensino, nomeadamente as Universidades - os centros por excelência de formação de quadros superiores do futuro -, e as Empresas - a sede efectiva e privilegiada de avaliação no terreno das qualificações e competências profissionais adquiridas.

Esta pretendida aproximação entre estabelecimentos de Ensino/Empresa, poderá, designadamente, ser incentivada através da celebração de protocolos de colaboração, quer com Empresas, quer com as respectivas Associações Sectoriais ou Regionais, tendo em vista proporcionar, quer aos formandos, quer aos próprios formadores um conhecimento mais fundamentado da realidade empresarial e das suas efectivas necessidades em termos de perfis profissionais, podendo do mesmo passo vir a inspirar uma mais adequada e realística formulação dos currículos dos cursos e uma adaptação dos métodos de ensino.

A concluir esta minha breve intervenção naturalmente que não poderei deixar de sublinhar o papel extremamente relevante que cabe às Empresas no domínio da formação contínua dos seus Quadros,

formação esta que, principalmente quando não seja realizada no posto de trabalho, terá que ser articulada com os imperativos da salvaguarda do normal funcionamento da Empresa e com a manutenção dos seus níveis de produtividade.

Tendo em vista a articulação entre tais objectivos considero, aliás, que deve ser ponderada uma maior incrementação da estruturação modular das acções de formação profissional contínua, e também uma maior implementação da formação contínua à distância, modalidades estas de formação que se têm vindo a afigurar, com particular destaque no caso da formação de quadros, oferecer uma maior possibilidade de compatibilidade entre as desvantagens que decorrem para a Empresa de, durante o período em que decorre a formação, ter de dispensar o trabalhador/formando e as vantagens que decorrerão para a Empresa do facto de passar a contar com recursos humanos mais qualificados.

Por último, e como pressuposto básico para o êxito de qualquer intervenção no domínio da formação profissional, naturalmente que importará vincar a cada vez mais urgente necessidade de promover a existência de formadores devidamente qualificados e em quantidade suficiente para preencher as carências do mercado da formação, como importa dotar o país com infra-estruturas de formação adequadas e, bem assim, promover um intenso I & D no domínio específico da formação profissional. Neste capítulo, obviamente que o Estado não se deve eximir das suas responsabilidades.

Estas, em suma, algumas breves considerações genéricas que considere oportuno enunciar, e que, mais adiante, no debate que seguramente se seguirá, poderei, se for caso disso, complementar.